

ATA NÚMERO 138/XIII (3.°)

A 11 de julho de 2018, pelas 14:00, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audiência do grupo informal de produtores independentes, sobre a contratação de conteúdos feita pela RTP a produtores independentes (14:00)

Audiência do Clube de Futebol «Os Belenenses», sobre a situação do futebol e a necessidade de revisão urgente da Lei das SAD's (14:45)

II PARTE

- 1. Informações;
- 2. Aprovação da ata da reunião de 4 de julho de 2018;
- 3. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018, das iniciativas legislativas:
 - Projeto de resolução n.º 1472/XIII (3.ª) (PCP) Propõe medidas para correção dos resultados do concurso de apoios às artes, reforço do seu financiamento e revisão do respetivo modelo de apoio;
 - <u>Projeto de resolução n.º 1468/XIII (3.ª) (BE)</u> Medidas urgentes de reforço e correção do financiamento às artes no âmbito dos concursos da Direção Geral das Artes;
 - <u>Projeto de resolução n. º 1600/XIII (3.ª) (PSD)</u> Pelo início imediato do processo de revisão do modelo de apoio às artes em efetiva articulação com os agentes do sector.



- 4. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018, das iniciativas legislativas:
 - Projeto de resolução n.º 544/XIII (2.ª) (PSD) Valorização e promoção do Mosteiro de Lorvão;
 - Projeto de resolução n.º 534/XIII (2.º) (PCP) Musealização e pleno funcionamento do Museu do Mosteiro do Lorvão.
- 5. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018, das iniciativas legislativas:
 - Projeto de resolução n.º 1386/XIII (3.ª) (PSD) Recomenda ao Governo a adoção de medidas que reconheçam a informalidade das tradicionais Danças e Bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira face ao pagamento dos direitos de autor;
 - Projeto de resolução n.º 1716/XIII (3.º) (PS) Recomenda ao Governo a avaliação de meios de incentivo e proteção de manifestações culturais originais e sem fins lucrativos.
- 6. Fixação da redação final do <u>projeto de resolução n.º 1566/XIII (3.ª)</u> (PSD) Recomenda ao Governo que dê continuidade às Obras de Restauro do Mosteiro de Santa Maria de Semide;
- 7. Fixação da redação final do <u>projeto de resolução n.º 1554/XIII (3.ª)</u> (BE) Reforço do financiamento ao ANIM Arquivo Nacional das Imagens em Movimento;
- 8. Discussão do <u>projeto de resolução n.º 1654/XIII (3.ª)</u> (PSD) Pela revitalização das azenhas da Agualva;
- 9. Apreciação e votação do relatório da



- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Programa Europa Criativa (2021-2027) e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1295/2013 – COM (2018) 366
- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Programa «Erasmus», o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1288/2013 – COM (2018) 367

Relatora: Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD)

10. Apreciação e votação do relatório final da <u>petição n.º 492/XIII (3.ª)</u> — Defesa do Conjunto «Foz Velha», no Porto:

Relator: Deputado Firmino Pereira (PSD)

11. Outros assuntos.

I PARTE

Audiência do grupo informal de produtores independentes, sobre a contratação de conteúdos feita pela RTP a produtores independentes

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas-vindas aos representantes do grupo informal de produtores independentes, Pandora da Cunha Telles, Fernando Vendrell e Bruno Cabral, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra aos representantes do grupo informal de produtores independentes.

Os representantes do grupo informal de produtores independentes mencionaram, nomeadamente que porventura aquilo que caracteriza a dezena de produtores que representam é o facto de serem estruturas que têm menos de cem trabalhadores e, por isso, não são estruturas monopolísticas no mercado do setor audiovisual.



Salientaram que estão preocupados que desde novembro a RTP se encontra numa situação de total imobilização na contratação de conteúdos a produtores independentes e isto implica que dezenas de projetos que eram para ser contratualizados e projetos que deveram ter sido alvo de uma consulta de conteúdos do audiovisual não o foram.

Referiram que estão preocupados com a mudança da atual Administração da RTP. Com efeito, sentem que pode haver uma alteração por parte da RTP na contratação de conteúdos de seriado nacional.

Disseram que com a publicação do relatório de contas daquele ano da RTP está evidenciado que os 8% sobre a CAV deviam ser investidos no cinema e audiovisual em 2017, que soma o total de 11 milhões. No relatório de contas da RTP existem duas linhas para definir em que é que esses 11 milhões foram aplicados. Com efeito, não existe nenhuma transparência em relação a qual é que foi o investimento que foi feito por parte da RTP segundo a sua cláusula 20.º do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão, respeitante às obrigações de investimento em produção cinematográfica e audiovisual independente e o artigo 44.º do Decreto-Lei referente ao Cinema e ao Audiovisual. Pelo exposto, os representantes do grupo informal de produtores independentes não sabem se o investimento foi efetuado em cinema, em documentário ou em ficção nacional.

Destarte, requerem à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto que questionem a RTP sobre qual é a sua estratégia de manutenção de futuro, como é que vai funcionar a sua relação com os produtores independentes e como é que foram aplicadas as obrigações de investimento.

Usaram de seguida da palavra os Senhores Deputados Margarida Mano (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Jorge Campos (BE) e Diana Ferreira (PCP), tendo as representantes do grupo informal de produtores independentes respondido, no final, a todas as questões colocadas, após o que a Senhora Presidente deu por concluída a audiência.

A gravação áudio da audiência encontra-se disponível na página internet da Comissão.



Assembleia da República

Audiência do Clube de Futebol «Os Belenenses», sobre a situação do futebol e a necessidade de revisão urgente da Lei das SAD's

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas-vindas ao Presidente da Direção do Clube de Futebol «Os Belenenses», Patrick Morais de Carvalho e ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Pedro Pestana Bastos, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra aos representantes do Clube de Futebol «Os Belenenses».

Os representantes do Clube de Futebol «Os Belenenses» fizeram uma intervenção inicial que pode ser consultada na página da internet da Comissão.

Usaram de seguida da palavra os Senhores Deputados Pedro do Ó Ramos (PSD), Hugo Carvalho (PS), Jorge Campos (BE), Nuno Magalhães (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo as representantes do Clube de Futebol «Os Belenenses» respondido, no final, a todas as questões colocadas, após o que a Senhora Presidente deu por concluída a audiência.

A gravação áudio e a documentação associada à audiência encontram-se disponíveis na <u>página</u> internet da Comissão.

II PARTE

1. Informações

- 1.1. A Senhora Presidente da Comissão informou do pedido de audiência da AIDGLOBAL Acção e Integração para o Desenvolvimento Global, para apresentação das recomendações do Estudo «A Educação para a Cidadania Global e as Juventudes Partidárias: o caso do Concelho de Loures» e do Policy Paper realizados no âmbito do projeto «Jovens na Política Participar para a Cidadania Global». A Comissão decidiu agendar oportunamente aquele pedido de audiência.
- 1.2. O relatório da audiência concedida pelo Grupo de Trabalho do Mercado Único Digital à Associação Nacional para o Software Livre (ANSOL) foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.



1.3. A Senhora Presidente da Comissão transmitiu que no âmbito da organização de conferência académico-científica, as secções de Mediatização da ECREA, (European Communication Research and Education Association) e de Comunicação Política da SOPCOM (Sociedade Portuguesa de Comunicação) solicitaram a autorização ao Senhor Presidente da Assembleia da República, para realizar, nas instalações da Assembleia da República, uma Conferência sobre Jornalismo Político em Portugal, a ter lugar entre o meio do mês maio e princípio do mês de junho de 2019.

Face ao exposto, o Senhor Presidente da Assembleia da República, atendendo ao disposto no nº 5 do artigo 2º do "Regulamento de organização de Eventos na Assembleia da República" solicitou parecer da 12.º Comissão, tendo em conta o enquadramento da realização deste evento no âmbito da atividade Parlamentar e do Plano de Atividades da Comissão.

A Senhora Presidente questionou as Senhoras e os Senhores Deputados sobre se concordavam com a realização da Conferência de Jornalismo Político em Portugal.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) mencionou que seria interessante obterem um pouco mais de informações acerca daquele evento. Disse que está muito genérica a formulação e o Grupo Parlamentar do PCP gostava de entender detalhadamente o que é que se pretende com o evento. Portanto, ao Grupo Parlamentar do PCP interessa perceber melhor os moldes do que é proposto. A Comissão decidiu solicitar a informação referida pela Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP).

1.4. Iniciativas legislativas

A Senhora Presidente disse que baixou à 12.ª Comissão o projeto de lei n.º 939/XIII (3.ª) (PS), (PSD) - Terceira alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado a Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) como Relatora.

A Senhora Presidente deu conhecimento que baixou à Comissão o <u>projeto de resolução n.º</u> 1758/XIII (3.ª) (PSD) - Concessão de honras do Panteão Nacional ao Presidente Mário Soares,



tendo os Grupos Parlamentares do PS e do PSD solicitado a discussão da iniciativa legislativa em Plenário.

A Senhora Presidente transmitiu que baixou à 12.ª Comissão a proposta de lei n.º 141/XIII (3.ª) - (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2001, de 17 de abril, que regulamenta a Lei n.º 123/99, de 20 de agosto, que definiu as regras através das quais o Governo apoia o Associativismo Cultural, as Bandas de Música e Filarmónicas, tendo o Grupo Parlamentar do PS ficado de indicar na próxima reunião da Comissão o Deputado Relator.

2. Aprovação da ata da reunião de 4 de julho de 2018

A ata da reunião de 4 de julho de 2018 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

- 3. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018, das iniciativas legislativas:
 - <u>Projeto de resolução n.º 1472/XIII (3.ª) (PCP)</u> Propõe medidas para correção dos resultados do concurso de apoios às artes, reforço do seu financiamento e revisão do respetivo modelo de apoio;
 - <u>Projeto de resolução n.º 1468/XIII (3.ª) (BE)</u> Medidas urgentes de reforço e correção do financiamento às artes no âmbito dos concursos da Direção Geral das Artes;
 - Projeto de resolução n. º 1600/XIII (3.ª) (PSD) Pelo início imediato do processo de revisão do modelo de apoio às artes em efetiva articulação com os agentes do sector.

A Senhora Presidente da Comissão informou que foi estabelecido um prazo para a apresentação das propostas de alteração e que nenhum Grupo Parlamentar apresentou propostas de alteração ou um texto de substituição e que iriam votar os projetos de resolução na especialidade.



A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) disse que tinha uma dúvida sobre se naquela votação na especialidade a Comissão têm que votar ponto a ponto de acordo com as novas regras.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que aquilo que lhe parece que está estabelecido em relação aos processos de especialidade que dizem respeito aos projetos de resolução é a observância por analogia daquilo que acontece nos projetos de lei, ora é naquela circunstância de baixa à Comissão para a especialidade que os Grupos Parlamentares podem individualizar o seu sentido de voto em relação a cada número e a cada alínea de cada um dos projetos. Logo, se houver um Grupo Parlamentar que pretende fazer uma votação diferenciada o que deve fazer é colocar que quer fazer essa votação dessa forma para que possam proceder, de outra maneira por economia de tempo devem votar em conjunto. Mencionou que julga que é isso que o Grupo Parlamentar do PS pretenderá fazer, deverá querer indicar sentidos diversos de voto em relação aos projetos de resolução ou dentro de cada projeto em relação a pontos e a alíneas.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) disse que a intenção do Grupo Parlamentar do PSD era que a votação na especialidade fosse no mesmo sentido da votação na generalidade.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) referiu que o Grupo Parlamentar do PS para cada projeto de resolução tem votações diversas em pontos diferentes e portanto solicitou a votação ponto por ponto.

A Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) mencionou que nos projetos de resolução existem alguns pontos que são semelhantes do ponto de vista da redação e logo estarem a discutir naquele momento sem guião cada um dos projetos parece-lhe um bocadinho complexo.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que têm feito isto com alguma frequência na Comissão de Educação e Ciência e quando há projetos sobre matéria semelhante aquilo que os serviços fazem tendo decorrido aquela fase anterior é fazer a grelha comparativa que permite a votação ponto por ponto para que se houver sentidos individualizados de voto em relação a cada uma destas matérias esteja facilitada essa comparação no imediato. No entanto, o Grupo Parlamentar do PCP está perfeitamente à vontade para fazer a votação alínea a alínea, ponto por ponto se naquele dia fosse necessário fazer. Ainda assim se é uma questão de conforto dos



restantes Grupos Parlamentares sugeriu que os serviços pudessem preparar uma grelha comparativa.

A Senhora Presidente disse que tentando conciliar todos os interesses em cima da mesa vão então pedir aos serviços que façam essa grelha comparativa.

- 4. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018, das iniciativas legislativas:
 - <u>Projeto de resolução n.º 544/XIII (2.ª) (PSD)</u> Valorização e promoção do Mosteiro de Lorvão;
 - Projeto de resolução n.º 534/XIII (2.ª) (PCP) Musealização e pleno funcionamento do Museu do Mosteiro do Lorvão.

A Senhora Presidente da Comissão questionou os Grupos Parlamentares sobre se estavam em condições de votar ou não aqueles projetos de resolução do PSD e do PCP sobre a valorização e promoção do Mosteiro do Lorvão e sobre a musealização e pleno funcionamento do Museu do Mosteiro do Lorvão.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) mencionou que tinha ali novamente uma dúvida porque o que deveria haver sendo matéria semelhante era uma proposta de fusão dos dois textos por parte dos serviços porque são iguais e o procedimento adotado quando a matéria é idêntica é fazer-se essa proposta de fusão dos dois pontos.

A Senhora Presidente referiu que para serem clarificados os procedimentos da Comissão que seja solicitada uma informação aos serviços competentes para que informe a Comissão sobre qual é o procedimento que deve ser adotado no caso em concreto, ou seja, em que há projetos de resolução, não houve propostas de alteração, não houve apresentação de textos de substituição, mas há Grupos Parlamentares que desejam votar diferentemente os vários pontos dos projetos de resolução.



O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) transmitiu que foi o único que votou contra aquele modelo na Conferência de Líderes. Disse que a Conferência de Líderes decidiu que todos os projetos de resolução têm que ter um processo de especialidade mesmo aqueles que são absolutamente iguais ou tão similares que aquilo que na verdade se trata não é um processo de especialidade é uma pura redação final.

- 5. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018, das iniciativas legislativas:
 - Projeto de resolução n.º 1386/XIII (3.ª) (PSD) Recomenda ao Governo a adoção de medidas que reconheçam a informalidade das tradicionais Danças e Bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira face ao pagamento dos direitos de autor;
 - Projeto de resolução n.º 1716/XIII (3.º) (PS) Recomenda ao Governo a avaliação de meios de incentivo e proteção de manifestações culturais originais e sem fins lucrativos.

Este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

6. Fixação da redação final do <u>projeto de resolução n.º 1566/XIII (3.ª)</u> (PSD) - Recomenda ao Governo que dê continuidade às Obras de Restauro do Mosteiro de Santa Maria de Semide

A redação final do projeto de resolução n.º 1566/XIII (3.ª) (PSD) - Recomenda ao Governo que dê continuidade às Obras de Restauro do Mosteiro de Santa Maria de Semide -, foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. Fixação da redação final do <u>projeto de resolução n.º 1554/XIII (3.ª)</u> (BE) - Reforço do financiamento ao ANIM – Arquivo Nacional das Imagens em Movimento

A redação final do projeto de resolução n.º 1554/XIII (3.º) (BE) - Reforço do financiamento ao ANIM – Arquivo Nacional das Imagens em Movimento -, foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.



8. Discussão do <u>projeto de resolução n.º 1654/XIII (3.ª)</u> (PSD) — Pela revitalização das azenhas da Agualva

Este ponto foi adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

9. Apreciação e votação do relatório da

- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Programa Europa Criativa (2021-2027) e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1295/2013 – COM (2018) 366
- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Programa «Erasmus», o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1288/2013 – COM (2018) 367

A Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) apresentou o relatório da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Programa Europa Criativa (2021-2027) e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1295/2013 – COM (2018) 366 e da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Programa «Erasmus», o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1288/2013 – COM (2018) 367, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. Apreciação e votação do relatório final da <u>petição n.º 492/XIII (3.ª)</u> — Defesa do Conjunto «Foz Velha», no Porto

O Senhor Deputado Firmino Pereira (PSD) apresentou o relatório final da petição n.º 492/XIII (3.ª) — Defesa do Conjunto «Foz Velha», no Porto, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.



A reunião foi encerrada às 16 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de julho de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Ed: - Ex

(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 17 de julho de 2018.



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria

Carla Sousa

Diana Ferreira

Edite Estrela

Helga Correia

Hugo Carvalho

Ivan Gonçalves

João Pinho de Almeida

João Torres

Joel Sá

Jorge Campos

José Carlos Barros

Luís Monteiro

Margarida Balseiro Lopes

Pedro do Ó Ramos

Sara Madruga da Costa

Susana Lamas

Ana Mesquita

Ana Sofia Bettencourt

Firmino Pereira

Margarida Mano

Maria Augusta Santos

Nuno Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Norberto Patinho

Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão

Joana Barata Lopes

Pedro Delgado Alves